



PLATAFORMA DO PINHAL INTERIOR NORTE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(2008-2010)

Grupo Operativo

Julho, 2008

SIGLAS

NUT – Unidade Territorial

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PNAI – Plano Nacional para a Inclusão

CLAS – Conselho Local de Acção Social

PORC – Programa Operacional Regional do Centro

PNS – Plano Nacional de Saúde

GO – Grupo Operativo

CD – Centro de Dia

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

CN – Centro de Noite

CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres

CAO – Centro de Actividades Ocupacionais

PIB – Produto Interno Bruto

Ficha Técnica:

GRUPO OPERATIVO:

Centro Distrital de Coimbra

Centro Distrital de Leiria

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

Conselho Local de Acção Social de Ansião

Conselho Local de Acção Social Vila Nova de Poiares

Rede Europeia Anti Pobreza Nacional – Núcleo Distrital de Coimbra

Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas

ÍNDICE

	Pag.
NOTA INTRODUTÓRIA	5
1. INSTRUMENTOS, METODOLOGIAS UTILIZADAS E OBJECTIVO	7
1.1 Objectivo	8
2. ENQUADRAMENTO DA PLATAFORMA NA REGIÃO	9
3. TAXAS DE COBERTURA	12
3.1 Respostas Sociais – Carta Social	14
4. NÍVEIS DE PRIORIDADE	17
4.1 Nível Supraconcelhio	17
4.2 Nível Local	18
-ANEXOS	
GRELHAS DE PRIORIDADES, MEDIDAS, ACÇÕES E CONTRIBUTOS	20

NOTA INTRODUTÓRIA

A Rede Social é hoje uma realidade indesmentível no panorama nacional, contribuindo de forma importante para uma adequada identificação de prioridades locais e, simultaneamente, promovendo um modelo de organização e trabalho em parceria entre as várias entidades envolvidas.

No entanto, é por meio das designadas **Plataformas Supraconcelhia** que a Rede Social assume uma dimensão supra-concelhia, aspecto que lhe assegura uma melhor rentabilização de meios e recursos existentes, garantindo um fio condutor entre as prioridades nacionais, regionais e locais.

Assim, a introdução pelo Decreto de Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho, da figura das Plataformas Supraconcelhias veio consolidar uma articulação da Rede Social à dimensão das NUT III.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) traçado para cada uma das Plataformas assume importância significativa, representando mais do que o simples somatório das necessidades e prioridades identificadas em cada concelho.

O PDS deverá pois, contribuir para a identificação, a médio prazo, das áreas de intervenção, de acordo com instrumentos nacionais de actuação como sendo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, entre outros.

Deste modo, pretende-se sinalizar para o período temporal compreendido entre 2008 e 2010 as áreas prioritárias para a Plataforma, ao mesmo tempo que se cria um documento orientador para a projecção de acções, sejam elas de carácter local ou de

carácter supra-concelhio, beneficiando de uma visão mais abrangente que a dimensão da Plataforma representa.

O PDS deverá, contudo, ser encarado como sendo um documento aberto e dinâmico, de modo a aglutinar vontades em prol de um desenvolvimento social que terá de ser cada vez mais concertado e racional de acordo com os recursos disponíveis.

Por conseguinte, este trabalho divide-se nos seguinte itens:

- Instrumentos, metodologia utilizada e objectivo – neste ponto são referenciados os documentos que serviram de base para a elaboração do PDS, assim como a metodologia de trabalho seguida, sendo ainda referenciado qual o objectivo que norteou a realização do documento em questão;
- Enquadramento da Plataforma na Região – neste segundo item é feita a contextualização da Plataforma no âmbito da região em que se insere, tendo atenção a aspectos como a demografia e a base económica da Região Centro;
- Níveis de Prioridade – aqui foram identificados os níveis de prioridade que deverão nortear a Plataforma no período a que se destina o PDS;
- Grelhas de identificação de necessidades / prioridades / medidas / contributos – neste último ponto são indicadas, sucintamente, quais as principais acções propostas pelos CLAS, de acordo com as várias temáticas do PNAI.

Importa, desde já, voltar a reforçar a ideia de que o projecto de PDS apresentado pretende, não só corresponder às expectativas dos CLAS envolvidos, mas também consignar uma relação entre as necessidades locais e as prioridades regionais e nacionais.

1. INSTRUMENTOS, METODOLOGIA UTILIZADAS E OBJECTIVO

A realização do presente documento assentou no recurso a uma panóplia de instrumentos cuja intenção primordial foi a de recolher, de modo sintetizado, o maior volume de informação que possibilitasse que o PDS da Plataforma fosse exequível e, ao mesmo tempo, enquadrado nas políticas nacionais gizadas para as diferentes áreas de actuação.

Desse conjunto de documentos fazem parte, para além do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o diagnóstico prospectivo da Região Centro (PORC), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional de Saúde (PNS), a Carta Social e os PDS e Diagnósticos dos vários CLAS que compõem a Plataforma.

No que concerne à metodologia adoptada temos que referenciar, antes demais, a constituição, em reunião alargada da Plataforma, do Grupo Operativo.

Este Grupo Operativo (G.O) é composto por técnicos designados de entre as entidades parceiras integrados na Plataforma.

Para além do recurso à análise dos vários instrumentos já identificados, o G.O optou pela realização de um “Workshop” destinado ao levantamento, o mais actualizado possível, das prioridades e acções preconizadas localmente pelos diversos CLAS.

Para tal, apelou à participação dos técnicos afectos a cada CLAS, tendo em vista a elaboração de uma grelha resumo anexada a este documento.

De realçar que a participação dos CLAS no referido “Workshop” se traduziu em 50% do espectável pelo que, o G.O teve de recorrer à análise dos documentos disponibilizados.

Outro dado a reter e decorrente da análise dos PDS locais e Diagnósticos, foi a inexistência de uma relação clara e objectiva entre algumas das acções preconizadas pelos Planos apresentados e as medidas previstas no PNAI.

Para além disso, verificou-se que em face da abrangência das acções preconizadas estas excediam a dimensão das Plataformas.

Nesse contexto, o G.O teve que proceder ao reajuste de algumas medidas contextualizando-as com as acções previstas.

Por outro lado, ao verificar-se que algumas das acções previstas não tinham correspondência no PNAI, nem a outros Planos, foram inscritas com a referência a “Medidas a definir” ou “Medidas a esclarecer”.

8

1.1 Objectivo

A realização de qualquer trabalho implica, obrigatoriamente, a definição de um objectivo, pois só por meio dessa definição é possível definir e organizar as metodologias e os instrumentos a utilizar na prossecução do mesmo.

Sendo que o objectivo associado ao presente documento é, por natureza, **a realização do PDS da Plataforma**, foi importante, antes da apresentação da proposta de PDS, a definição, pelo G.O, de um objectivo mais localizado aquando da realização do “Workshop” com os vários técnicos associados aos CLAS.

Nesse sentido, foi definido como objectivo para o “Workshop” o seguinte:

“ recolher dados que possibilitem a realização de um PDS correspondente às necessidades da Plataforma, tendo em conta os recursos disponíveis e as prioridades regionais e nacionais e, simultaneamente, que sirva de suporte à definição das estratégias do desenvolvimento económico-social apoiado em respostas locais ou supra concelhias”.

2. ENQUADRAMENTO DA PLATAFORMA NA REGIÃO

A Plataforma do Pinhal Interior Norte é composta por 14 Concelhos, a saber: Alvaiázere, Arganil, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares.

Por outro lado, encontra-se integrada na designada Região Centro, abrangendo concelhos quer do Distrito de Coimbra (9), quer do Distrito de Leiria (5).

A Região Centro, por sua vez, representa 31,3% do território nacional, possuindo 23,7% da população de Portugal continental e detém uma fachada atlântica de 275 Km.

Já a Plataforma tem, de acordo com os resultados do censos de 2001, 136575 habitantes o que representa 7,66% do total da Região.

Quanto ao peso de cada grupo etário verifica-se que, as pessoas com mais de 65 anos correspondem a 23% do total da Plataforma,

enquanto as pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos têm um peso de 48,42%, sendo que as restantes faixas etárias representam no seu conjunto 28,58% do total (0-14 e 15-24).

Quanto à estrutura etária na Região verifica-se que o peso da faixa etária dos 0-24 anos, representa 27% contra 28% da média nacional.

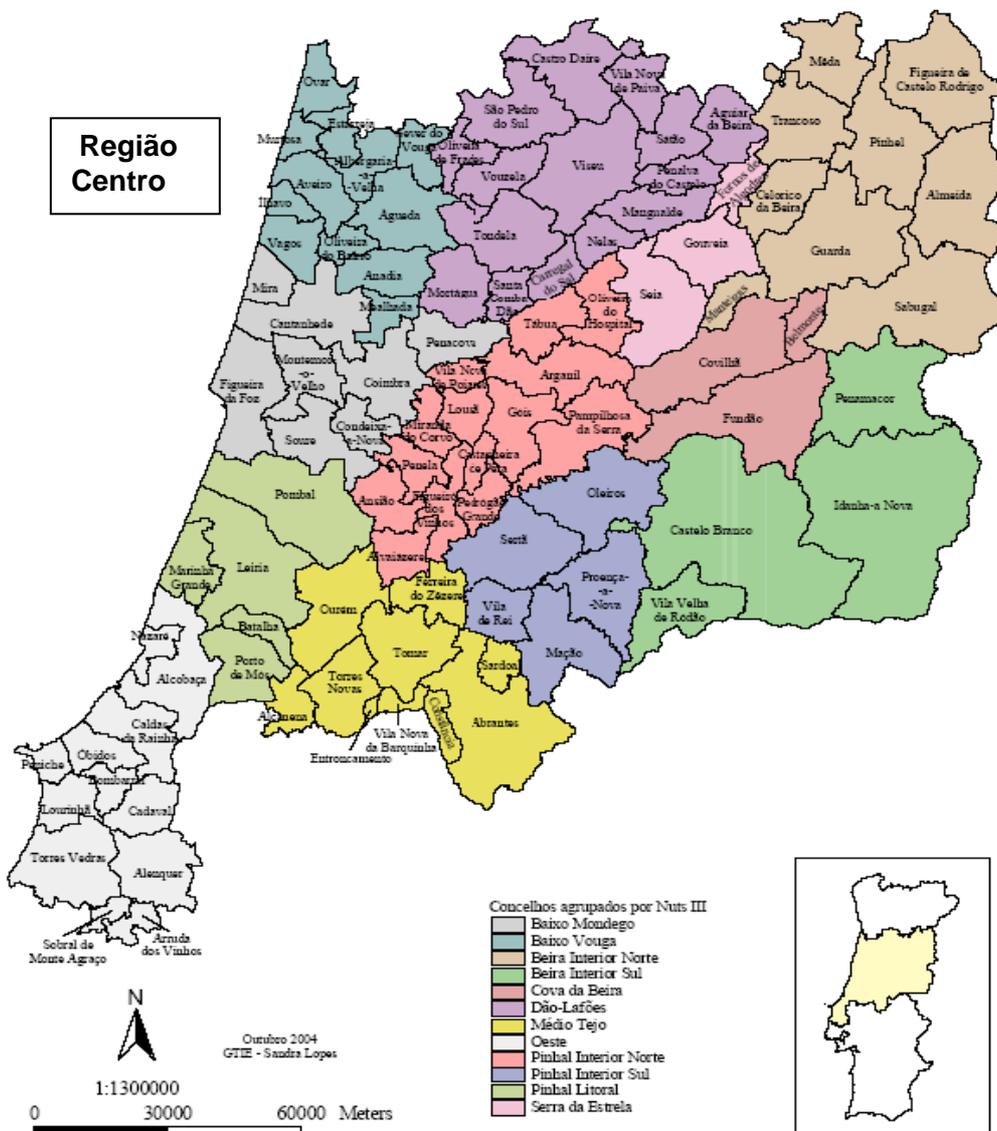
Em relação ao peso da faixa etária com mais de 65 anos, a Região suplanta a média nacional pois apresenta uma incidência de 20%, contra 17% do País.

No que se refere à situação demográfica a Região apresenta uma densidade populacional de 84h/Km, sendo que a Plataforma contrasta com uma densidade populacional bastante mais inferior e que se cifra em cerca de 22ha/Km.

Pode ainda, referir-se que o crescimento populacional em termos globais se encontra estagnado na Região desde a década de 90 do século XX, embora na Plataforma se possa verificar um ligeiro acréscimo explicado pelo aumento da esperança média de vida e o envelhecimento e não pelo aumento da taxa de natalidade.

Existem, contudo, alguns concelhos da Plataforma como, Lousã, Vila Nova de Poiares e Miranda do Corvo que tiveram, efectivamente, um crescimento populacional, nestes casos beneficiando da proximidade do centro urbano da cidade de Coimbra, o qual pertence à Plataforma do Baixo Mondego, em conjunto com o aumento da esperança média de vida.

Por outro lado, o índice médio de envelhecimento é de 138% na Região, média esta já superior à média nacional que é de 111%, enquanto que a Plataforma consegue apresentar um valor bastante superior atingindo cerca de 205%.



No que concerne à estrutura produtiva a Região é bastante diversificada, fruto da heterogeneidade das plataformas que a compõem, aspecto que se reflecte na distribuição do PIB per capita.

Nesse contexto, é possível verificar que o sector primário representa 5,3% do VAB, empregando 23% da população activa, o sector secundário pesa 33,8% na estrutura produtiva e assegura 30,4% da

população activa e o sector terciário representa 60,9% do VAB e incorpora 46,6% dos cidadãos activos.

Traduzindo estes valores para a Plataforma Territorial do Pinhal Interior Norte verifica-se, desde logo, que o peso do sector primário sobe, de tal modo que este tem repercussões no PIB per capita.

Assim, a região tem um valor médio do PIB per capita de 10.200,00€, inferior ao valor médio nacional que é de 12.500,00€, sendo que a Plataforma apresenta **um valor médio de 7.400,00€, em parte devido à importância crescente dos rendimentos provenientes das pensões de velhice e ao peso do sector primário.**

3. TAXAS DE COBERTURA DE EQUIPAMENTOS

12

Tomando como referência dados recolhidos no âmbito do Diagnóstico do PORC, é possível verificar a existência de taxas de cobertura na Região não muito distantes da média nacional.

Contudo, é importante realçar que alguns dos valores médios apresentados resultam da existência de uma heterogeneidade na própria região, a qual inclui áreas urbanas localizadas no litoral e cujos índices populacionais e de desenvolvimento são dispares das áreas mais interiores.

No entanto, é possível verificar o seguinte:

Infra-estruturas Sociais (educação)

- Educação pré-escolar (público / privado) – 82 estb./1000 hb – 30 alunos por escola, enquanto a média é de 62/1000 hb – 37 alunos por escola;
- Ensino básico – 155 estb./1000 hb – 67 alunos por escola, enquanto a média nacional é de 112 estb./1000 hb – 97 alunos por escola;
- Ensino secundário – 7 estb./1000 hb – 473 alunos por escola, enquanto a média nacional é de 8 estb./1000 hb – 509 alunos por escola;
- Ensino superior (público / privado)– a taxa de cobertura é semelhante à média nacional (3 estb./1000 hb) com 1164 alunos por estab. na região contra 1172 na média do País – apenas a cobertura privada (9%) é inferior à média nacional (26%).

13

Infra-estruturas Sociais (Rede Solidária)

- Creches – 1,46 estb./1000 hb enquanto a média nacional é de 1,57 estab./1000 hb;
- Lares e Centros de Dia – 0,16 estb./1000 hb contra 0,17 estb./1000 hb de média nacional;

Infra-estruturas Sociais (Saúde)

- 26% dos hospitais a nível nacional (36 camas/1000 hb contra 35 na média do País), de realçar que a média é influenciada pela cidade de Coimbra;
- 4,2 enf. /1000 hb contra 4,1 da média nacional;

- 2,8 médicos/1000 hb contra 3,4 na média nacional;
- 3,13 consultas em centros de saúde contra 2,74 do País;
- Estabelecimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados com considerável incremento local, apesar da carências de respostas específicas no âmbito das patologias associadas às demências;

Infra-estruturas Sociais (Equipamentos desportivos e de lazer)

- Distribuição espacial equilibrada e superior à média nacional excepto nos campos de ténis;
- A média da região (bibliotecas, museus, salas de espectáculo, etc) é de 2,94 estb./1000 hb contra 2,74 estb./1000 hb do País;

14

3.1 Respostas Sociais – Carta Social

Tomando a Carta Social como referência para a Plataforma, fazendo a ressalva de que neste caso a taxa de cobertura foi calculada tendo por base o público alvo para cada uma das respostas sociais, podemos verificar uma significativa disparidade entre os vários concelhos.

No entanto, é importante destacar que alguma da informação necessária a uma melhor clarificação acerca dos índices de cobertura ainda não se encontra disponível, pelo que os dados apresentados terão que ter função meramente indicativa.

Não obstante essa falta de informação é possível identificar a existência de concelhos cujos equipamentos, nomeadamente os vocacionados para o apoio e acolhimento de cidadãos com mais de 65 anos, garantem, no conjunto das valências, uma taxa de cobertura mais

próxima do peso dessa faixa etária na estrutura demográfica aí existente.

Ou seja, não existindo definições de quais os melhores índices ou taxas de cobertura a concretizar, o peso do grupo etário na estrutura demográfica deveria ter uma correspondência proporcional nos níveis de cobertura no âmbito dos equipamentos vocacionados para esse público.

Respostas Sociais – Idosos / Taxas de cobertura Efectivas

Concelhos	Lar	CD	SAD	CN
Arganil	5,1%	10,8%	9,7%	0,34%
Goís	10%	6,8%	9,1%	---
Lousã	2,5%	3,8%	8,9%	---
Miranda do Corvo	8%	4,3%	3,6%	---
Oliveira do Hospital	4,6%	6,2%	9%	---
Pampilhosa da Serra	8,4%	5,9%	10,6%	---
Penela	5,4%	5,2%	3,9%	---
Tábua	6,3%	5,5%	5,8%	---
Vila Nova de Poiares	3%	3%	4,9%	0,54%
Alvaiázere	5,98%	0,65%	8,24%	---
Ansião	6,79%	1,55%	5,15%	---
Castanheira de pêra	5,35%	4,04%	3,21%	---
Figueiró dos Vinhos	4,43%	0,93%	8,09%	---
Pedrógão Grande	5,12%	3,44%	3,58%	---
Média cobertura	5,78%	4,43%	6,69%	0,06%

Peso na estrutura demográfica (65 e + anos)

Concelhos	Peso	Cob. Somada equipamentos
Arganil	26%	25,94%
Goís	31%	25,9%
Lousã	17%	15,2%
Miranda do Corvo	18%	15,9%
Oliveira do Hospital	21,16%	19,8%
Pampilhosa da Serra	36,57%	24,9%
Penela	27,24%	14,5%
Tábua	23,96%	17,6%
Vila Nova de Poiares	18,40%	11,44%
Alvaiázere	29,47%	14,87%
Ansião	24,15%	13,49%
Castanheira de pêra	25,85%	12,6%
Figueiró dos Vinhos	26,50%	13,45%
Pedrógão Grande	33,28%	12,14%

Respostas Sociais – Infância e Juventude

16

Concelhos	Crec.	CATL
Arganil	15,2%	21,9%
Goís	28,3%	20,4%
Lousã	11,1%	23,1%
Miranda do Corvo	20,0%	19,6%
Oliveira do Hospital	27,8%	23,3%
Pampilhosa da Serra	37,3%	49,9%
Penela	22%	19,7%
Tábua	24,1%	14,6%
Vila Nova de Poiares	27,3%	17,7%
Alvaiázere	6,19%	45,89%
Ansião	25,12%	54,7%
Castanheira de pêra	14,08%	25,16%
Figueiró dos Vinhos	12,17%	---
Pedrógão Grande	23,48%	23,95%

Respostas Sociais – Deficiência

Concelhos	Lar Res.	CAO
Arganil	---	24,6%
Goís	---	---
Lousã	74,8%	77,4%
Miranda do Corvo	63,8%	76,8%
Oliveira do Hospital	22,1%	28,9%
Pampilhosa da Serra	3,3%	---
Penela	29,9%	89,6%
Tábua	---	---
Vila Nova de Poiares	38,5%	89,2%
Alvaiázere	---	---
Ansião	---	(%)
Castanheira de pêra	(%)	(%)
Figueiró dos Vinhos	---	23,81%
Pedrógão Grande	---	---

4. NÍVEIS DE PRIORIDADE

Analisados os PDS dos vários CLAS, bem como, os contributos recolhidos no “Workshop” e ponderados os vários instrumentos de trabalho, designadamente os vários planos de âmbito nacional, é possível especificar dois níveis de prioridade para a Plataforma.

Estes dois níveis diferem, especialmente, pelo grau de abrangência que cada um comporta, ou seja, ambos os níveis assumem posição importante ao nível da execução, no entanto os patamares em que são operacionalizados são distintos.

4.1 Nível Supraconcelhio

Assim, poderemos identificar um nível de intervenção prioritário de **carácter supra-concelhio**, abarcando problemáticas e respostas

sociais que, pela sua especificidade, têm uma abrangência geográfica mais alargada e, por conseguinte, extravasam a dimensão do concelho enquanto território a intervir, além de poderem envolver várias áreas de intervenção e distintas entidades oficiais (Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Comissão de Coordenação, Ministério da Educação, etc).

Neste nível de prioridade supra-concelhia poderemos estipular as **áreas da saúde, mais concretamente no âmbito da Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados, da deficiência, do emprego, formação e qualificação**, a par de outras iniciativas transversais às problemáticas diagnosticadas, como no **âmbito do Mercado de Trabalho Inclusivo, Micro-crédito**.

4.2 Nível Local

Por outro lado, temos um outro nível de prioridade correspondente a **intervenção mais localizada** e, neste caso, associadas à dimensão do concelho.

Esta dimensão é pois, mais localizada e circunscrita sendo que, poderemos identificar como prioritário a **requalificação dos equipamentos e respostas sociais já existentes**.

Outra das preocupações subjacentes a este nível de prioridade assenta na análise da necessidade de **implementação ou ampliação da capacidade de alguns equipamentos** existentes nos concelhos, cujo investimento a realizar deverá ponderar a evolução das taxas de cobertura de algumas respostas.

Neste caso, destaca-se a **preocupação com os Centros de Dia e os Centros de Actividades de Tempos Livres** que, caso se encontram com valores de taxas de cobertura potencial acima da efectiva,

(Consultar Carta Social) poderá evidenciar uma necessidade de reformulação e adaptação deste tipo de valências a uma nova realidade social.

Ainda neste ponto deve ser referido que a taxa potencial de cobertura tem em conta a capacidade existente e a realmente ocupada. Quando a taxa potencial não é concretizada poderemos estar presente uma resposta que **não será a mais adequada para as populações**, por motivos vários, inclusive a existência de respostas alternativas, como no caso das Actividades de Enriquecimento Curricular, isto em relação aos Centros de Actividades de Tempos Livres.

Uma outra preocupação preconizada, também, neste nível de prioridade assenta na **constituição de equipas multidisciplinares** nos vários concelhos.

Contudo, neste aspecto é importante destacar que os CLAS devem, cada vez mais, **estreitar no seu seio o espírito de parceria e partilha, tendo em conta a existência de recursos humanos dispersos pelas várias entidades localmente envolvidas**.

Uma outra preocupação a inscrever neste nível de prioridade reporta à questão das **acessibilidades**, nomeadamente no campo da Lei das Acessibilidades.

É importante dotar, para além dos equipamentos sociais, os edifícios onde são prestados serviços ao público, das condições indispensáveis ao exercício dos direitos e deveres por parte de todos os cidadãos. Neste caso, inclui-se a abolição das barreiras arquitectónicas.

ANEXOS:
GRELHAS DE PRIORIDADES,
MEDIDAS, ACÇÕES E CONTRIBUTOS

20